

## ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Maria Simone Alexandre da Silva <sup>1</sup>  
Fernandina de Andrade Alves <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar o processo de avaliação pedagógica de estudantes com deficiência na educação básica, através da análise de entrevistas realizadas com professores que atuam no ensino regular na rede municipal de ensino de Caetés/PE. Para isso, buscamos conhecer as práticas avaliativas utilizadas, identificar as competências avaliadas e verificar se havia dificuldades na avaliação. Dessa forma, percebemos que são diversas as práticas avaliativas adotadas e que os docentes demonstraram considerar as necessidades e potencialidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Também, vimos que são avaliadas todas as competências possíveis, mas que o foco principal está nas relacionadas ao desenvolvimento da autonomia e da comunicação. E, por fim, os profissionais nos relataram sentir dificuldade em avaliar esses estudantes devido à complexidade dos mesmos e a falta de um currículo próprio que oriente as competências a serem desenvolvidas por esses estudantes.

**Palavras-chave:** Avaliação, Inclusão, Educação.

### INTRODUÇÃO

Com a perspectiva da Inclusão Social tem sido cada vez mais discutida a Educação Inclusiva no campo Educacional, uma vez que, esse é um dos espaços que se desenvolve a convivência social e que é responsável por disseminar e construir regras de convivência necessárias para o bom funcionamento da sociedade.

Na Educação existem alguns pilares que norteiam o processo de ensino/aprendizagem, sendo um deles a avaliação. Considerando que cada indivíduo possui uma singularidade própria e portanto, necessita de uma avaliação específica que possibilite ao estudante seu pleno desenvolvimento. E, quando se trata de educação inclusiva, a avaliação precisa ser tratada de forma atenta para que os estudantes tenham seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantidos.

---

<sup>1</sup> Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). [simone.alexandre456@gmail.com](mailto:simone.alexandre456@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Educação pelo PPGE Universidade Del Sol. UNADES – CIA, Asunción-PY [fernandinaalves@hotmail.com](mailto:fernandinaalves@hotmail.com)

Assim sendo, é importante conhecer como têm sido as experiências avaliativas em classes comuns do ensino regular para que sejam pensadas em formas de melhorar ou aprimorar esse pilar tão relevante do ensino/aprendizagem. Dessa forma, surgiu a seguinte questão a qual iremos responder neste estudo “como é realizada a avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência em uma escola pública de ensino fundamental?”

É comum ouvirmos de professores a existência de uma certa dificuldade em avaliar de forma justa estudantes com deficiência (o que e como avaliar?), mesmo sabendo que estes estudantes têm o direito a um currículo escolar próprio. Talvez por ser uma temática educacional consideravelmente nova, a formação profissional para lidar com este público não tenha sido totalmente eficiente, visto que, até pouco tempo atrás, a segregação de pessoas com deficiência era uma realidade em nosso país .

Alguns profissionais relatam usar os métodos comuns de avaliação, porém que não sabem o que avaliar, pois as habilidades são diferentes. Mas o que causa uma maior preocupação entre os profissionais é quando a escola não determina junto com a família as habilidades que o estudante pode e precisa desenvolver para que o professor saiba onde e como chegar e quais mecanismo avaliativos utilizar para verificar se o estudante desenvolveu.

Nessa perspectiva, o trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de avaliação pedagógica de estudantes com deficiência na educação inclusiva e os objetivos específicos: a) conhecer as práticas avaliativas utilizadas; b) identificar as competências avaliadas c) verificar se há possíveis dificuldades em avaliar.

Sabemos que um dos princípios da educação brasileira é a inclusão social de pessoas com deficiência. Sabemos ainda, que o processo de inclusão tem ocorrido, às vezes de forma descaracterizada, sendo mais uma integração do que uma inclusão de fato. Um dos pilares do ensino aprendizagem é a avaliação e esta tem sido um dúvida frequente de professores quando se trata de estudantes com deficiência. Em conversas com colegas professores é bastante comum ouvir questionamentos do tipo: “o que devo avaliar? Como irei avaliar? Quais instrumentos posso utilizar? Assim sendo, nasceu o desejo de compreender como se dá as práticas avaliativas utilizadas por professores que atuam na educação inclusiva em escolas públicas.

Com esse intuito, realizamos uma pesquisa de campo, utilizando como procedimento metodológico entrevistas de forma virtual considerando o cenário de

pandemia pelo qual estamos passando. Os sujeitos da pesquisa foram dois profissionais da educação básica (professores) que atuam em uma escola pública municipal do interior de Pernambuco. Os mesmos possuem experiência recente com estudantes com deficiência.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para início de conversa, iremos destacar o que diz o principal documento que regimenta a educação brasileira: a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), em seu artigo primeiro, inciso I, no qual orienta que o ensino deverá seguir como princípio norteador a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Essa orientação serve para todos os públicos que as escolas recebem.

Seguindo essa perspectiva, sabemos que a educação básica recebe um público bastante diversificado e com a lei de inclusão social, temos que garantir a efetivação do direito de acesso e permanência a todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, assim como indica Oliveira e Campos (2005):

O princípio de inclusão deve fundamentar a prática pedagógica, resgatando a possibilidade de determinados educandos que, independentemente de suas condições, têm direito às mesmas oportunidades de realização de seu potencial psicossocial (p. 54).

Assim sendo, a inclusão educacional é uma das principais perspectivas de ensino discutidas atualmente, pois é um dos desafios que a educação enfrenta e uma forma de justiça, uma vez que preza pela universalização do ensino pautado na construção de uma sociedade justa e livre, apoiando o desenvolvimento de sujeitos ativos, livres e autônomos.

A educação inclusiva trabalha para incluir todos os estudantes, principalmente, aqueles com deficiência, garantindo e tornando possível o direito desses indivíduos de conviverem ativamente em sociedade e desenvolverem suas potencialidades.

Dessa forma, compreendemos a necessidade de uma prática de ensino que vise a inclusão, utilizando metodologias adequadas as necessidades de ensino/aprendizagem de cada estudante, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de todos sejam eles com ou sem necessidades especiais. Para isso, “a prática docente deve ser

consciente, avaliando e provendo meios de eficácia do processo educacional e de seus resultados” (TEIXEIRA E NUNES, 2010, p. 81).

No entanto, para que haja uma prática consciente é necessário haver um bom planejamento de ensino e antes de mais nada, que a escola tenha definido a sua missão, com objetivos claros em seu projeto político pedagógico. É válido ressaltar que um bom planejamento de ensino necessita ter objetivos, metodologia e práticas avaliativas. Para avaliar alunos com deficiência é preciso conhecer as especificidades do aluno e suas potencialidades para então realizar um bom planejamento educacional, possibilitando um acompanhamento adequado do desenvolvimento.

Neste contexto político-educacional, a avaliação das necessidades educacionais dos alunos com deficiência é elemento fundamental para subsidiar sua aprendizagem e assessorar o acompanhamento da escolarização desse aluno nas classes comuns, através da oferta dos recursos necessários para viabilizar o seu sucesso educacional (OLIVEIRA e CAMPOS, 2005 p. 54).

Assim, percebemos a importância da avaliação pedagógica no contexto da educação inclusiva não apenas para o estudante ou para o professor, pois ela é um mecanismo que gera respostas aos principais sujeitos envolvidos no processo educativo, seja ele professor, estudante, escola, família ou Estado. E serve ainda para nortear a criação de programas e políticas educacionais que apoiem o desenvolvimento desses sujeitos. Isso tudo com a missão de melhorar as práticas de ensino/aprendizagem, seja por meio de formação continuada ou de investimentos financeiros. Assim sendo, Oliveira e Campos (2005) destaca abaixo a função dos instrumentos avaliativos:

[...] informar o desenvolvimento atual da criança, a forma como ela enfrenta determinadas situações de aprendizagem, os recursos e o processo que faz uso em determinada atividade. Conhecer o que ela é capaz de fazer, mesmo que com a mediação de outros, permite a elaboração de estratégias de ensino próprias e adequadas a cada aluno em particular (p. 54).

Por outro lado, a avaliação deve, em se tratando de educação especial que é uma modalidade da educação escolar, cumprir papel bem específico, que, de acordo com Oliveira e Campos (2005 p. 55) “a avaliação deveria assumir características diferentes, uma vez que a proposta é atender as necessidades específicas de cada aluno”. Assim sendo, percebemos que a educação deve ter um caráter flexível.

De maneira geral, a educação recebe um público bastante diversificado. Os estudantes chegam à escola trazendo diferentes realidades socioeconômicas, culturais, religiosas etc, assim como aponta Oliveira e Campos (2005):

É importante ressaltar que a educação especial lida com diferenças substanciais entre as diversas categorias de deficiência (auditiva, física, mental e visual) e diferenças grandes entre pessoas de uma mesma categoria de deficiência, por exemplo, pessoas com deficiência mental (ou qualquer outra deficiência) possuem tantas diferenças entre si quanto pessoas comuns. Essas diferenças se relacionam a diversos aspectos desde individuais até socioeconômicos e culturais; portanto, estabelecer formas de avaliação comuns a todos os grupos não seria justificável dentro de níveis de desenvolvimento e aprendizagem tão amplamente diferenciados (p. 56).

Assim sendo, é necessário pensar em diversos métodos avaliativos, pois é injusto usar formas padrão de avaliação para todos os estudantes, uma vez que, mesmo estes possuindo o mesmo tipo de limitação, as potencialidades podem ser diferentes, dependendo de aspectos culturais, econômicos ou outros, também não se pode tirar o direito do estudante de ser avaliado, pois é a partir da avaliação que percebemos os avanços no desenvolvimento dele.

Promover uma educação inclusiva não é privar o indivíduo do direito de ser avaliado, de ser contemplado e analisado em seu crescimento e desenvolvimento. Trabalhar de modo inclusivo é manter certos princípios do padrão universal, pois as pessoas com necessidades especiais têm o direito de serem avaliadas em suas potencialidades, de serem enxergadas como sujeitos capazes de superar expectativas (TEIXEIRA E NUNES, 2010, p. 82).

Assim, “procurar trazê-las para a norma, para o padrão comum, é negar a sua diferença” (SILVA, 2011, p. 121). Ou seja, não podemos trazê-las para norma. Dessa forma, realizar avaliação homogênea é desconsiderar as diferenças, as peculiaridades dos indivíduos, é antes de mais nada, injusto.

Abaixo abordaremos o fazer metodológico desta pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste estudo, realizamos uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. “O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, incluí transcrições de entrevistas e de depoimentos” (BOGDAN E

BIKLEN, 1982, apud LUDKE e ANDRÉ, 2012, p. 12). Assim, objetivamos compreender como se dá o processo de avaliação na educação inclusiva por meio de entrevistas realizadas com profissionais que atuam nesse campo de trabalho.

O método científico utilizado foram entrevistas, seguindo o conceito de Ludke e André “a entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas” (2012, p.34).

Os sujeitos da pesquisa foram dois professores da educação básica que trabalham em escolas municipais de Caetés/PE. Estes profissionais foram selecionados sob o viés de já terem atuado com alunos com deficiência em salas do ensino regular. Para isso, fomos até uma escola e em diálogo com a gestão escolar, nos indicaram dois profissionais com o perfil pelo qual procurávamos.

Em uma conversa breve, explicamos os objetivos da pesquisa e como seria feito o trabalho. Após esclarecer como se daria o estudo, fizemos o convite aos sujeitos que de imediato já aceitaram participar da pesquisa, e ao mesmo tempo articulamos como e quando seriam realizadas as entrevistas.

Após a realização das entrevistas, analisamos as respostas mais relevantes aos objetivos propostos nesta pesquisa e então fizemos um recorte, abordando apenas as perguntas de maior importância ao estudo. Informamos que, para garantir a idoneidade dos sujeitos, utilizamos nomes fictícios.

Iremos caracterizar um pouco sobre o perfil profissional dos entrevistados: formação acadêmica, local de trabalho, nível de ensino em que trabalha e o tempo de experiência. Após traremos as perguntas realizadas na entrevista seguidas das respostas dos entrevistados. Tecemos breves comentários sobre as respostas, de forma analítica.

## **Entrevista 1**

A entrevistada possui graduação em licenciatura em pedagogia e pós graduação em docência na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente exerce o cargo de professora efetiva no município de Caetés/PE, atuando em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ela trabalha neste campo de ensino a cerca de 4 anos, nos quais recebeu estudantes com necessidades educacionais especiais. Traremos abaixo um recorte da entrevista realizada com esta profissional.

Professora Ana (nome fictício)

## 1 QUAIS MÉTODOS AVALIATIVOS VOCÊ COSTUMA UTILIZAR PARA AVALIAR OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?

**Resposta:** *Bom, eu confesso que sinto muita dificuldade na avaliação desses estudantes, pois pra mim nunca ficou claro o currículo próprio deles. Mas, voltando a pergunta: depende muito do tipo de deficiência e do componente curricular. Quando a deficiência é física, os métodos avaliativos são praticamente iguais aos dos alunos comuns, só quando é intelectual ou transtornos, aí tenho que pensar em outras formas de avaliar e também depende. No geral, uso provas escritas, participação nas atividades, interação com os colegas, atividades em grupos e outras mais.*

### Pensando sobre...

Como podemos observar, na questão de número 1, a professora afirma sentir dificuldade quanto a avaliação dos estudantes com necessidades especiais, mas que considera as deficiências e que dependendo delas, acaba por não conseguir variar os métodos avaliativos. O fato dela em alguns casos não conseguir variar métodos avaliativos pode acabar limitando o desenvolvimento das potencialidades desses estudantes. É interessante uma abertura para novas possibilidades.

## 2 VOCÊ RELATOU QUE SENTE DIFICULDADE EM AVALIAR ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA, POR QUÊ E QUAL A MAIOR DIFICULDADE?

**Resposta:** *Eu diria que é muita responsabilidade avaliar um estudante com deficiência... Penso que, nós, professores sofremos muito com o julgamento quando avaliamos um estudante com deficiência, falo do processo final, que é aprová-lo para série seguinte, porque não sabemos se ele irá conseguir dar prosseguimento aos estudos e se o(s) professor irá compreender o tempo de aprendizagem do estudante. Já presenciei professores criticando outros porque havia aprovado estudante com*

*deficiência, mas não os culpo, pois ainda sinto falta de formação adequada norteando o trabalho com este público.*

#### **Pensando sobre...**

Na questão 2, a profissional afirmou sofrer julgamentos e que é difícil saber se o que o estudante desenvolveu o suficiente para progredir os processos de ensino regulares. É como se faltasse um parâmetro claro das habilidades necessárias a serem desenvolvidas. Notamos que falta um currículo próprio claro para nortear os objetivos dessa profissional quanto ao trabalho com pessoas com deficiência.

### **3 QUAIS COMPETÊNCIAS VOCÊ BUSCA AVALIAR?**

**Reposta:** *Bom, busco avaliar tudo, mas com flexibilidade, pois sei das limitações dos estudantes com deficiência, porém, sobretudo, procuro avaliar a autonomia, a socialização, a capacidade dele de resolver suas próprias coisas, de se comunicar com os demais, ou seja, a independência e que ele seja um sujeito ativo da maneira dele.*

#### **Pensando sobre...**

Já na questão 3, ela afirma avaliar todas as competências, porém priorizando as relacionadas à autonomia dos estudantes. Também afirmou considerar a flexibilidade no momento de avaliar. Vimos que há uma preocupação com o desenvolvimento da independência do estudante, de desenvolver de maneira plena de acordo com suas potencialidades.

#### **Entrevista 2**

O entrevistado também possui graduação em licenciatura pedagogia e é pós graduado em alfabetização e letramento. Ele exerce o cargo de professor efetivo no município de Caetés/PE, desde 2018 e atualmente trabalha com uma turma do 2º ano do ensino fundamental. O mesmo também recebe em sua turma do ensino regular estudantes com necessidades educacionais especiais e por isso, tem experiência e propriedade para falar sobre a forma como avalia seus estudantes com estas especificidades.



Professor Márcio (nome fictício)

## **1 QUAIS MÉTODOS AVALIATIVOS VOCÊ COSTUMA UTILIZAR PARA AVALIAR OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?**

**Resposta:** *Fichas de acompanhamento para analisar os avanços de aprendizagem e a relação entre os alunos. Em relação ao meu lado, com autismo, avalio também a postura em relação a situações do cotidiano, como autonomia para ir ao banheiro sozinho e a independência ao manusear materiais didáticos e o lanche.*

### **Pensando sobre...**

Nesta primeira pergunta, o professor afirmou utilizar um recurso para avaliar os estudantes e não um método em si. As fichas de acompanhamento são ótimas para avaliar habilidades ao longo do processo de desenvolvimento, porque permite acompanhar os avanços. Ele sinalizou ainda que, quando se trata de estudantes com autismo, avalia competências cotidianas.

## **2 QUAL A SUA MAIOR DIFICULDADE EM AVALIAR ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA?**

**Resposta:** *A especificidade de cada estudante torna o processo avaliativo mais complexo, porque antes de avaliar as aprendizagens construídas é necessário conhecer as necessidades e especificidades da criança.*

### **Pensando sobre...**

O profissional demonstrou entender o processo de desenvolvimento de crianças com deficiência como sendo bastante complexo e por isso acredita que essa é a sua maior dificuldade para avaliar esse público. Ele ressalta ainda que é preciso considerar as necessidades e especificidades dessas crianças que são bem diferentes das demais. Em outras palavras, é um público bastante diversificado que necessita de maior atenção nas práticas avaliativas para evitar injustiças.

### 3 QUAIS COMPETÊNCIAS VOCÊ BUSCA AVALIAR?

**Resposta:** *Todas as competências exigidas aos alunos em processo de alfabetização, focando na escrita, reconhecimento de números, localização espacial e relação entre as cores.*

#### **Pensando sobre...**

Ele respondeu que avalia todas as competências exigidas, mas que foca em algumas que, aparentemente, são mais reforçadas nos processos de ensino. Dessa forma ele fez menção à escrita, talvez por estar diretamente relacionada com a comunicação. Além disso, mencionou dar foco ao reconhecimento dos números e a localização espacial, ou seja, outras competências diretamente ligadas a comunicação. Vale destacar que essas habilidades são bastante importantes para o convívio social.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa o intuito foi analisar como se dava o processo de avaliação de alunos com deficiência, por meio de entrevistas realizadas com professores de salas regulares do ensino fundamental. A partir destas, pudemos chegar à conclusão de que existe dificuldade de avaliar o desenvolvimento de estudantes com necessidades educacionais especiais por parte dos profissionais da educação básica regular, considerando o que nos foi relatado. Desse modo, com base nas respostas obtidas nas entrevistas, foram apontadas duas possíveis justificativas para este problema. Uma delas foi a complexidade e a diversidade desse público e a outra a falta de um currículo claro e bem definido, evidenciando as competências a serem desenvolvidas por estes estudantes.

Além disso, vimos que as práticas avaliativas adotadas pelos professores são diversas, fazendo uso de: fichas avaliativas, provas escritas, participação nas atividades, interação com os colegas e atividades em grupo. Contudo, os profissionais afirmaram considerar os tipos de necessidades dos estudantes, verificando se é viável a prática avaliativa utilizada.

E, verificamos que há uma preocupação dos profissionais em avaliar o desenvolvimento da autonomia desses estudantes em resolver problemas do cotidiano ou fazer atividades básicas do dia a dia. Percebemos ainda que, eles consideram que estes estudantes possuem competências próprias e que precisam ser desenvolvidas para que sejam incluídos na sociedade de forma ativa, como sujeitos de direitos capazes de resolver atividades autonomamente.

Ademais, identificamos que as competências avaliadas estão relacionadas à comunicação, ou seja, a apropriação do sistema de escrita, a linguagem matemática, o reconhecimento de cores e a localização espacial.

Assim sendo, é necessário que reconheçamos uma infinidade de métodos e instrumentos avaliativos que possam ser utilizados no processo avaliativo da aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, seguindo assim, o princípio da inclusão. Precisamos também, perceber as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais de forma a garantir-lhes o direito de acesso e permanência e que suas potencialidades sejam desenvolvidas. Para isso é importante a construção de currículos próprios e claros que orientem o fazer pedagógico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-2784.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 2012.

OLIVEIRA, A. A. S.; CAMPOS, T. E. **Avaliação em Educação Especial: o ponto de vista do professor**. Estudos em avaliação educacional. São Paulo. v.16 n. 31. jan./jun. 2005. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2142/2099> Acesso em: 30 abr. 2021.

SILVA, M. O. E. Educação Inclusiva – **Um novo paradigma de escola**. Revista Lusófona de educação. Campo Grande. v. 19 n. 19. abr. 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2845> Acesso em: 30 abr. 2021.



TEIXEIRA, J.; NUNES, L. **Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.